



DESJUDICIALIZAÇÃO E ACESSO À JUSTIÇA PARA MULHERES RURAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

DEJUDICIALIZATION AND ACCESS TO JUSTICE FOR RURAL WOMEN: CHALLENGES AND PERSPECTIVES

Marli Marlene Moraes da Costa¹
Stéffani das Chagas Quintana²

RESUMO

Um dos grandes desafios enfrentados pelas mulheres rurais brasileiras é o acesso à justiça, principalmente levando em consideração um contexto de perpetuação de desigualdades sociais e de gênero, de dificuldades geográficas e de precariedade estrutural, tratando-se de um problema complexo e multifacetado. Este trabalho objetiva analisar a relação entre a desjudicialização e o acesso à justiça pelas mulheres que residem em áreas rurais. Concentrando-se a referida análise nos desafios e perspectivas envolvendo a temática, sobretudo no que tange a necessidade de inclusão de um olhar específico para as múltiplas realidades das mulheres rurais envolvendo o acesso à justiça e a desjudicialização. A partir da aplicação do método de abordagem dedutivo e da técnica de pesquisa bibliográfica, especificamente buscar-se-á (i.) identificar os principais desafios enfrentados pelas mulheres rurais no acesso à justiça no Brasil e (ii) analisar o impacto e as perspectivas da desjudicialização no contexto das mulheres rurais. Dentre aos resultados iniciais do estudo, destaca-se que a desjudicialização, caso implementada sem que sejam consideradas as especificidades e a realidade local vivenciada pelas mulheres rurais, poderá contribuir diretamente para a perpetuação, ou até o agravamento, das desigualdades de acesso à justiça. Os desafios que obstaculizam esse acesso envolvem desde as limitações geográficas, até a desinformação a respeito de outros métodos para resolução dos conflitos, desigualdades de gênero e limitações financeiras. Visto isso, a desjudicialização poderá ser efetiva nesse contexto desde que seja devidamente acompanhada de estratégias ou políticas que incluam perspectivas reais das particularidades das mulheres rurais em busca do acesso pleno à justiça ou a outros métodos de resolução de conflitos. É de suma importância que sejam desenvolvidos e aplicados mecanismos diversos para a promoção da resolução dos conflitos, que possuam lentes de gênero e sejam acessíveis para as mulheres rurais, sem que haja necessidade de recorrer ao Judiciário. Ressalta-se, por fim, que não basta tão somente viabilizar o acesso à justiça ou promover a desjudicialização. É essencial garantir suporte efetivo, infraestrutura adequada, igualdade de gênero, celeridade e eficiência, além de fomentar a participação ativa das mulheres rurais, tanto nas discussões, como nas decisões sobre essa temática. Somente com medidas integradas como essas é que será possível avançar para um sistema de justiça verdadeiramente acessível, igualitário e inclusivo, que atenda de maneira justa as necessidades de todos, especialmente das mulheres rurais.

Palavras-chave: Acesso à justiça. Desigualdades. Desjudicialização. Mulheres rurais.

Keywords: Access to justice. Inequalities. Dejudicialization. Rural women.

¹ Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com Pós-doutoramento em Direitos Sociais pela Universidade de Burgos-Espanha, com Bolsa Capes. Professora da Graduação, Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC. Coordenadora do Grupo de Estudos Direito, Cidadania e Políticas Públicas. MBA em Gestão de Aprendizagem e Modelos Híbridos de Educação. Especialista em Direito Processual Civil. Psicóloga com Especialização em Terapia Familiar Sistêmica. Membro do Conselho Consultivo da Rede de Pesquisa em Direitos Humanos e Políticas Públicas. Membro do Núcleo de Estudos Jurídicos da Criança e do Adolescente – NEJUSCA/UFSC. Membro do Conselho Editorial de inúmeras revistas qualificadas no Brasil e no exterior. Autora de livros e artigos em revistas especializadas. E-mail: marlim@unisc.br.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC na linha de Políticas Públicas de Inclusão Social, com bolsa PROSUC/CAPES na modalidade I. Pós-graduada em Direito da Mulher pela Faculdade Legale. Pós-graduada em Direito do Trabalho pela Faculdade Dom Alberto. Bacharela em Direito pela Faculdade Dom Alberto. Integrante do Grupo de Pesquisa Direito, Cidadania e Políticas Públicas, vinculado ao PPGD/UNISC. E-mail: stefaniquintana@hotmail.com.